

Angola e Moçambique (40 anos): os intelectuais e a utopia no romance africano

Angola and Mozambique (40 years): intellectuals and utopia in the African novel

SUELI SARAIVA *

Resumo: Um espírito de utopia moveu a luta anticolonial nos países africanos até a vitória nos anos setenta. Já a penosa reconstrução da nação e seus efeitos na contemporaneidade deram lugar à perplexidade e à distopia, obrigando seus intelectuais a uma constante “retomada de iniciativa” (Balandier). Nestas quatro décadas de independência, a geração de escritores que em Angola e Moçambique testemunhou o nascimento da nação, continuou atenta às agruras socio-históricas e fazem ressoar a palavra literária como instrumento de resistência às velhas e novas formas de opressão, sendo o romance o espaço de expressão preferencial.

Palavras-chave: Intelectual, romance africano, utopia, Angola, Moçambique.

Abstract: A spirit of utopia moved the anti-colonial war in African countries until the final victory in the seventies. But the painful reconstruction of the nation and its results on contemporaneity gave way to perplexity and dystopia, forcing intellectuals into a steady “recovery initiative” (Balandier). In these four decades of independence the generation of writers who witnessed the birth of the nation in Angola and Mozambique, also continued attentive to the social and historical hardships. Hence, the literary word still echoes as a resistance tool against old and new forms of oppression, and the novel is its preferential space for expression.

Keywords: Intellectual, African novel, utopia, Angola, Mozambique.

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Uma parte substancial dos romances angolanos e moçambicanos neste século tem revelado um “balanço geral” do que foram as primeiras décadas de independência nacional nesses países. Em muitos casos a temática preferencial traz para o primeiro plano da crítica conduzida pelo olhar artístico os seus próprios agentes políticos e econômicos, as elites do poder, deixando para um não menos sombrio pano de fundo a herança do tardo-colonialismo europeu. De tal modo, a geração de intelectuais escritores desses países que testemunhou a viragem histórica, em 1975, participando direta ou indiretamente na condução do processo revolucionário, não depuseram totalmente as armas da crítica ao *status quo* e ao presente. Pepetela dá testemunho desse contínuo movimento de resistência ética que se desdobra no componente estético (Bosi, 2002: 120). Diz o romancista angolano:

Como autor devo dizer que muito dificilmente seria de outra maneira. A minha geração foi privilegiada por ter tido que fazer opções dramáticas. Em contraponto encontramos outras gerações que perdem os objectivos ou que nunca chegam a ter algum, o que me parece um vácuo demasiado doloroso, simplesmente desumano. Por ter de fazer esse tipo de opções (lutar ou não lutar contra a situação colonial, pegar em armas ou trabalhar no exílio frio, desertar ou continuar num exército de ocupação colonial, etc., etc.) a literatura da minha geração está ‘contaminada’ por essas opções pessoais. Daí o socorrer-se do passado para pensar o presente e perspectivar o futuro, daí o interesse pelos problemas que fracturam a sociedade, daí a ligação quase indispensável com o facto político (*Apud* Mata, Inocência, 2012, Prefácio).

Neste despertar dos sonhos diurnos em plena consciência (“socorrer-se do passado para pensar o presente e perspectivar o futuro”), o intelectual escritor obriga os críticos a manterem no debate o conceito de utopia e as ideias a ele associadas. Assim, estudiosos africanos e africanistas têm destacado a importância de se analisar o devir, partindo do questionamento daquela utopia que norteou toda uma geração, no dizer do próprio Pepetela.

Inocência Mata, dialogando com Lillian Kesteloot e sua obra de referência,

destaca que ao acrescentar um décimo segundo capítulo à obra, em 1992¹, a crítica aborda “a viragem dos anos 80-90 ou o afropessimismo”, interrogando-se sobre o futuro do continente: “Et l’avenir? Littérature et histoire”:

A estudiosa francesa refere como preocupações atuais dos escritores africanos de línguas inglesa e francesa — nenhum escritor de língua portuguesa é mencionado — a temática que designa como a teoria dos D’s (a dívida, a demografia e a ditadura), que substituiu as temáticas da reivindicação cultural e pátria, da esperança e euforia (tempo de utopia e o período pós-independência), as decepções e as contradições (tempo de desencanto, tempo de distopia) e a amarga lucidez e angústia do desencontro com a história (tempo de atopia). Desmontando as relações entre o histórico e o literário, os três D’s entrecrocaram-se e geram a exigência do quarto D — a democracia, nova fonte de matéria ficcionalizante (Mata, 2003: 49-50).

Ao incorporar essa crítica ao contexto das literaturas africanas de língua portuguesa, Mata afirma que “também entre nós a revitalização do sonho tem sido cíclica na ‘grande narrativa’ nacional dos cinco [países africanos de língua oficial portuguesa]”, e conclui: “é possível acompanhar as direções — e o percurso espiralar de deslegitimação dos demiurgos do ‘novo mundo’, movimento que, através desse sonho, a literatura faz emergir do percurso de encantamento” (ibid.).

Para explicar esse movimento espiralar que a literatura descreve num “percurso de encantamento”, a estudiosa propõe, conforme já fizera em obra anterior,² considerarmos graficamente os três tópicos discutidos por Kesteloot (utopia, distopia, atopia) acrescentando, porém, um quarto (heterotopia): “(utopia) → desencantamento (distopia) → indiferença (atopia) / reencantamento (heterotopia)” (Mata, 2003: 50).

Exemplo desse quadro na literatura angolana vem da ponderação de Benjamin Abdala Junior. Ao analisar as obras iniciais de Pepetela, ele faz uma leitura ímpar sobre a nota de utopia que se vislumbra na narrativa. Pela via do mito,

¹ *Anthologie négro-africaine: histoire et textes de 1918 à nos jours* — panorama critique de prosateurs, poètes et dramaturges noirs du XXe siècle. A obra foi publicada pela primeira vez em 1967 e é periodicamente atualizada.

² “Literaturas africanas de língua portuguesa: redes de cumplicidade, perversas fronteiras”. In: *Literatura angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta*. Lisboa: Mar além, 2001 / Luanda: Kilombelombe, 2001.

ele identifica no romance *O cão e os caluandas* (1985) um herói da resistência à “tecnoburocracia instalada no poder” (2009: 178). Abdala Junior conclui, com base no epílogo da obra, que o cão já velho, sem dentes, isolado numa ilha, mas “com uma força capaz de destruir uma simbólica buganvília (o estado burocratizado)”, revela apesar de tudo uma nota de utopia. Ao perseverar num “sonho diurno” (cf. Bloch, 2005), o autor encontra o seu lugar de reencantamento no ato da escrita.

O romance, ao pôr em evidência os relevos críticos “nos gestos de seus atores, sejam eles personagens, narradores e as marcas implícitas do próprio autor” (Abdala Junior, 2009: 173), reproduzem a metáfora da ilha como o espaço solitário da escrita literária (e o heroico cão como metáfora do autor). E é neste refúgio que o “ator social (cidadão e escritor) preserva o sentido de seus gestos...” (ibid.).

A construção da intelligentsia africana

A relação entre elites intelectuais (guardiãs de poderes simbólicos) e política ganhará contornos precisos no contexto de emancipação dos países africanos. As lutas revolucionárias foram engendradas e levadas adiante por um grupo de africanos colonizados, destacados socialmente quer pela formação educacional superior, quer pela conscientização e engajamento nas lutas anti-imperialistas. A respeito da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), “os quadros que a compunham representaram a mais importante elite da história do país”³. Em Angola, a situação não é diferente. O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) teve seus quadros formados, sobretudo, por homens e mulheres alinhados no projeto nacionalista e na formação político-intelectual. Daí a referência incontornável à Geração de 1950 e ao movimento “Vamos descobrir Angola”.

Ao discutir as questões pertinentes à elite intelectual angolana, Carlos Serra no destaca a “Geração de 50” e seus projetos, chamando a atenção para a necessidade de os estudos comparativos se voltarem às elites de um modo geral, não apenas às elites intelectuais, no intuito de “estabelecer uma relação entre

³ José Luis Cabaço. “A gênese das elites: Notas sobre a libertação nacional de Moçambique”. s/d. Texto cedido pelo autor.

atores sociais e políticos numa história recente e nos contextos atuais, assim como suas propostas para o devir, seja nas suas convergências seja em suas rupturas” (Serrano, 2005: 144).

Com base na concepção de Gramsci (“intelectual orgânico”), ele assim define o seu entendimento de tal elite: “[São] os intelectuais que se distinguem das demais [elites], tradicionais, eclesiásticas, militares etc., constituindo um grupo social autônomo e independente que surge num certo momento histórico como sujeito ativo e produtor de saberes e discursos próprios” (Idem, p. 153). Além disso, o antropólogo angolano radicado no Brasil compreende como atores sociais aqueles “que se destacam pelas suas atividades econômicas, políticas, religiosas, acadêmicas, de chefias tradicionais, sindicalistas, escritores etc., que conduzam a caracterizar de forma ampla as elites em formação” (ibid.). Porém, assinala que seu interesse, na ocasião, eram os atores sociais enquanto elites intelectuais (escritores): “a Geração de 50” (Viriato da Cruz, António Jacinto, Mário Pinto de Andrade, entre outros) e o postulado do Movimento por ela conduzido.

Essa famosa geração, que possui uma irretocável história de combate político, constituiu-se e se desdobrou em períodos que Serrano denomina de “o Tempo do Imaginário, [...] o Tempo da Revolução, [o Tempo] dos Projetos e o Programa Revolucionário” (Serrano, 2005: 144), configurando subsequentemente “o tempo da Independência, isto é, o tempo da consagração da luta libertária” (ibid.). Em todos esses “tempos” houve o empenho de uma elite intelectual que, pelo gesto artístico, alimentava o fogo das armas. Este é o caso de Luandino Vieira e Pepetela, no contexto angolano.

Já no pós-independência, o tempo correspondente seria o “Tempo Institucional”, diz Serrano. Nele, as ações ocorrem “ao tempo do discurso e da revolução oficial conduzidos pelo Estado e pelo Partido dirigente” (ibid.). É esse o tempo primordial que se destaca em alguns dos principais romances angolanos, e também moçambicanos. Escritores como Boaventura Cardoso, Pepetela, Paulina Chiziane e Mia Couto, embora não apresentem um projeto literário explícito, aparentam ter incorporado o conceito-chave proposto por Balandier de “retomada de iniciativa” (*apud* Serrano, 2005: 145).

A ideia de uma retomada de iniciativa, que esteve na base do movimento dos anos 50, é vislumbrada nas ações dos intelectuais que na passagem dos séculos XX / XXI se movimentavam contra um estado de coisas já carente de novas transformações. Essa iniciativa é “um movimento interno na consciência cole-

tiva, que faz passar de uma ordem antiga a uma ordem de devir. É a revolução da ação no interior das consciências dos ex-colonizados” (Serrano, 2005: 145). Em outros termos, é a crítica sinalizando a perenidade da utopia como ideologia necessária.

Ficamos com o exemplo dos fundamentos da elite intelectual angolana, pois essa apresentou um programa político e cultural identificável com o fazer literário de diferentes etapas históricas, como apontou Serrano. A literatura moçambicana, por sua vez, não conheceu o mesmo estatuto, como movimento organizado, até os anos oitenta do século XX, a despeito do pioneirismo dos poetas José Craveirinha e Noémia de Sousa.

Na contemporaneidade, as condições políticas e sociais criam novas relações entre a elite intelectual (ou simbólica) e o Estado dirigente em diferentes espaços ex-colonizados. O historiador português José Carlos Venâncio, tomando como exemplos os baluartes das literaturas africanas em língua francesa e inglesa (Cheikh H. Kane e Chinua Achebe) que formaram as suas respectivas elites intelectuais / culturais / simbólicas, aponta que, ao debaterem os “estados alienatórios acarretados pela perda [da identidade cultural]” no sistema colonial, eles também exercem o papel de questionadores das instâncias políticas:

Os seus textos deixam de ser veículo de preocupações de índole puramente cultural para passarem a transmitir as preocupações políticas dos seus autores e porventura potenciais leitores. A partir desta viragem não mais o político deixará de ser o tema dominante da literatura africana (Venâncio, 1992: 8).

Tendo chegado à liberdade, a nova ordem política, no entanto, passa a chocar-se muitas vezes com os projetos sonhados, exigindo de sua elite intelectual a permanência na vigília:

Após as independências essa tendência, contrariamente ao que se deveria esperar, acentua-se. Os regimes instituídos na senda do nacionalismo, os processos de modernização então despoletados, não corresponderam às expectativas criadas no período de pré-independência. E é no seio das *élites* que haviam pugnado pela independência dos seus países que nasce a frustração. Uns tantos, desiludidos com o uso que os seus ex-correligionários fazem do poder, afastam-se dele e criticam-nos (Venâncio, 1992: 9).

É preciso, contudo, salientar que esse grupo intelectual, como membros de uma sociedade em convulsão, não está imune aos “estados alienatórios” denunciados pelos seus congêneres no pré-independência. O campo da literatura, e todo o fetiche que ele acarreta, dado à sua história de instrumento intelectual de lutas e outros atributos, é fértil para tentações mefistofélicas de toda ordem. Apesar disso: “a literatura continua a ser a via privilegiada para a expressão desse descontentamento, embora muitos dos autores em causa acabem por não se afastar tanto do poder como inicialmente pretendiam ou como nós possamos ser induzidos a acreditar” (Venâncio, 1992: 9).

O romance e o galinheiro da história: um caso moçambicano

O romance, como gênero capaz de representar a complexidade de realidades marcadas pelo signo da mudança, encontra total cabimento em contextos literários diversos e dispersos no espaço e no tempo. “Complexo e amplo, anticlássico por excelência, é o mais universal e irregular dos gêneros modernos” (Candido, 1981: 106). É justamente o seu caráter universal e maleável que permite o seu trânsito liberto de fronteiras. Em cada espaço que o acolhe, a sua presença antropofágica vai capturando o *Zeitgeist* [espírito do tempo] e elaborando artisticamente aquela realidade dada. “Os seus melhores momentos”, reitera Antonio Candido, são “aqueles em que permanece fiel à vocação de *elaborar* conscientemente uma realidade humana, que extrai da observação direta, para com ela construir um sistema imaginário e mais durável” (1981: 106).

A literatura moçambicana registra como um dos melhores momentos do romance a obra de Mia Couto, *Terra sonâmbula* (1992). Com o olhar do jovem escritor que testemunhou o fim do colonialismo, as lutas de independência e as mudanças advindas da autonomia conquistada, Mia Couto desenha nesta que é a sua primeira narrativa longa, um panorama do cenário imediato pós-1975, com foco na hecatombe dos conflitos armados surgidos no desfraldar da bandeira soberana.

As ações são divididas entre duas narrativas (a história primária do velho Tuhir e do menino Muidinga, e o relato encaixado, os Cadernos de Kindzu), e ainda uma pequena narrativa subencaixada nos “Cadernos” (os relatos de Farida). Além das agruras de um tempo de caos e perplexidade, o enredo deixa entrever

os ovos de outras serpentes que eclodiriam na sociedade moçambicana quando finalmente a paz fosse instaurada, após quase duas décadas de lutas fratricidas.

Na história axial, o menino Muidinga, personagem destacado ao lado do velho Tuahir, perambula por uma “estrada morta”, após ser encontrado moribundo e desmemoriado. A chave para a misteriosa identidade do pequeno mestiço se encontra no enredo paralelo, nos escritos de Kindzu. Denominados de “Cadernos”, o calhamaço é encontrado na bagagem de um jovem assassinado naquela mesma estrada. Sua leitura no decorrer da narrativa principal é feita por Muidinga, para entreter o mais velho, e nos chega simultaneamente em *mise en abyme*, possibilitando uma experiência de leitura em trânsito por diferentes esferas espaciais e temporais.

Nos “Cadernos”, o narrador Kindzu vai traduzindo “em português legível” os crimes cometidos naqueles anos em que “só as hienas se arrastavam, focinhando entre cinzas e poeiras”, como dirá outra personagem de Mia Couto, o “Tradutor” de Tizangara (Couto, 2005: 9). Tal e qual o velho e o menino fugindo de uma guerra sem rota de fuga, as gentes moçambicanas seguiam naqueles tempos “à espera do adiante. [...] na ilusão de, mais além, haver um refúgio tranquilo” (Couto, 1995: 9).

Símbolos de um povo, as personagens em incerto trânsito encontram-se presas numa “estrada morta” onde “a única coisa que acontece é a consecutiva mudança da paisagem” (Couto, 1995: 77): além da caminhada em 360º do velho e do menino, também Kindzu parte de sua aldeia, fugindo da destruição da guerra e em busca de um sentido de identidade, mas chega a outra vila onde o que muda é, novamente, apenas a paisagem: novas cores da destruição causada pela mesma guerra. Não por acaso, o romance é atravessado por figuras que sofrem de sonhos e enlouquecem, como o pai de Kindzu (Couto, 1995: 18), ou que sucumbiram à impotência e se tornaram sombras, como aconselhava a mãe do narrador dos “Cadernos”: “ela nos ensinava a sermos sombras, sem nenhuma outra esperança senão seguirmos do corpo para a terra” (Couto, 1995: 20).

Num primeiro plano, o enredo põe às claras o sofrimento de uma nação que sonhou com o glorioso *day after* da libertação nacional, mas viu-se, por dezesseis anos, mergulhada na violência dos conflitos armados, sendo que os inimigos do turno já não tinham contornos definidos, como foi o caso do invasor europeu. Contudo, num plano complementar, a construção alegórica que estrutura o romance deixa entrever que os “inimigos”, quaisquer que fossem, seriam aqueles

que se deixaram mover por interesses contrários aos preceitos ideológicos e ao sonho da nação imaginada: “pouco a pouco nos tornávamos outros, desconhecíveis. Eu vi quanto tínhamos mudado foi quando mandaram o irmão mais pequeno para fora de casa” (Couto, 1995: 20), lamenta o narrador Kindzu.

O irmão que foi mandado para fora de casa é a personagem Junhito, de quem a representação é emblemática da paulatina morte da utopia no imediato pós-independência. Nascido no dia da proclamação da independência (25 de junho) é alcunhado em referência à data e indicia a sua função alegórica. O pai da família, o velho Taímo, que profetizava as notícias do futuro pela voz dos antepassados, certo dia vestiu-se formalmente – “se gravatara, fato e sapato de sola. A sua voz não variava em delírios” (Couto, 1995: 19) – para anunciar emocionado “um fato: a Independência do país” (ibid.). Desta vez, o velho que “sofria de sonhos” (Couto, 1995: 18) trazia uma notícia concreta, a revelação de uma verdade, de um *fato* que coincidiria com o nascimento de seu filho:

Nessa altura, nós nem sabíamos o verdadeiro significado daquele anúncio. Mas havia na voz do velho uma emoção tão funda, parecia estar ali a consumação de todos seus sonhos. Chamou minha mãe e, tocando sua barriga redonda como lua cheia, disse:

– *Esta criança há de ser chamada de Vinticinco de Junho.* (Couto, 1995: 19)

Mas, logo se percebeu que a criança vindoura não comportaria tamanho estatuto nominal: “Vinticinco de Junho era nome demasiado. Afinal, o menino ficou sendo só Junho. Ou de maneira mais mindinha: Junhito. Minha mãe não mais teve filhos. Junhito foi o último habitante daquele ventre” (Couto, 1995: 19). Ao decidir pela abreviação do nome da criança (que encerrou a fertilidade materna), a narrativa simboliza a independência do país, que já nasce abreviada, encerrando um sonho fértil de esperança, conforme a crítica empenhada na narrativa. O pai-adevinhador talvez suspeitasse que o “vinte e cinco de junho” como sinônimo de independência total, no sentido apregoado pela “geração da utopia” ainda não chegara, assim como acontecera com outro vinte e cinco, o de abril de 1974. Antes mesmo de ser oficialmente promulgado o nome (da criança e do fato histórico alegorizado) foi podado até o diminutivo, “ficou sendo só Junho. Ou de maneira mais mindinha: Junhito”.

A nova guerra, a chamada “civil”, ou guerra de desestabilização, inflamou o re-

côndito da alma humana (“usa nossos próprios dentes para nos morder”), contaminou a incipiente unidade nacional e instilou o veneno da fragmentação e do caos no seio das famílias: “aos poucos eu sentia a nossa família quebrar-se como um pote lançado ao chão [...]. Nós estávamos mais pobres que nunca. Junhito tinha os joelhos escapando das pernas, cansado só de respirar” (Couto, 1995: 19).

Na tentativa de salvar Junhito de uma morte pressentida (pelas armas dos desvalidos no processo de independência), o pai manda o filho camuflar-se na capoeira (galinheiro): “ali Junhito aprenderia a comportar-se como as galinhas, comendo as sobras e dormindo ao relento. Resignado a sobreviver sem glória, sem brilho, sem substância” (Couto, 2005b: 193). Ou seja, mal havia nascido e já devia abdicar de seu pertencimento ao mundo dos humanos.

Preso em tal galinheiro, tal e qual o sonho colorido da independência, em pouco tempo Junhito perderia a sua identidade original: “uma manhã, a capoeira amanheceu sem ele. Nunca mais, o Junhito. Morreria, fugiria, se infinitara? Ninguém acertava” (Couto, 1995: 22). Talvez o humano tenha se convertido definitivamente em bicho; afinal, “Junhito já nem sabia soletrar as humanas palavras. Esganiçava uns cóóós e ajeitava a cabeça por baixo do braço. E assim se adormecia” (ibid.).

Em intervenção proferida na Suíça, por ocasião dos 30 anos de Independência de Moçambique⁴, o próprio Mia Couto explica o seu intento criativo na alegorização da personagem Junhito, o prometido menino-esperança que se torna símbolo do tolhimento da nação:

Na altura [da criação da personagem], eu denunciava a nossa progressiva perda de soberania, e uma crescente domesticação do nosso espírito de ousadia. Poderíamos ser nação mas não demasiado, poderíamos ser povo mas apenas se bem comportado (Couto, 2005b: 193).

Para representar no plano ficcional essa situação de perda de integridade coletiva, as ações transcritas nos “Cadernos de Kindzu” situam-se em Matimati, uma vila de pescadores, que recebe uma multidão de deslocados / refugiados da guerra, vindos de diversas zonas rurais em busca do precário refúgio no litoral. O

⁴ “Moçambique — 30 anos de Independência: no passado, o futuro era melhor?”. O texto está reproduzido na *Revista Via Atlântica*, nº 8, São Paulo: FFLCH/USP, 2005, p. 191-204.

espaço ficcional litorâneo tem especial pertinência no enredo. O mar é tanto um ilusório portal de fuga da geografia de miséria quanto um horizonte de esperança, para onde se voltam os olhos famintos daqueles que apenas aguardam em terra firme o que outras ondas possam trazer.

É emblemático do caráter de crítica social no romance o episódio da baleia encalhada na praia. A imagem é parte da memória de infância de Kindzu que, em menino, vigiava o mar ao entardecer na esperança de avistar o magnífico animal. A metáfora da baleia, cuja visão era ansiada, mas que encalha na praia à chegada (Couto, 1995: 27) ilumina o sentido da temporalidade da narrativa. Isto é, um tempo em que o espírito da gigantesca conquista que foi a independência encalhara na praia da desesperança e da luta pela sobrevivência. Na comparação, ambas as promessas de magnificência deram lugar a uma visão apocalíptica: a independência condenada pela guerra, e a baleia condenada pela irreversibilidade do encalhe. E em situação de fragilidade, afloram a apropriação e usurpação:

A morte nem sucedera e já as facas lhe roubavam pedaços, cada um tentando o mais para si. Como se fosse o último animal, a derradeira oportunidade de ganhar uma porção. De vez em quando me parecia ouvir ainda o suspirar do gigante, engolindo vaga após vaga, fazendo da esperança uma maré vazando (Couto, 1995: 26-27).

Na conclusão da cena, Kindzu (símbolo do presente) lamenta: “afinal, nasci num tempo que não acontece. A vida, amigos, já não me admite” (ibid.).

Considerações finais

Admitindo-se que as distopias constituem experiências do presente e “as utopias são sistemas sociais idealizados e não têm raízes na nossa sociedade atual, figurando em outra época ou tempo ou após uma grande descontinuidade histórica” (Jacoby, 2007: 31) – um “tempo que não acontece” –, reafirma-se também que tais visões são parte constituinte das Letras africanas, habilmente manejadas pelos intelectuais socialmente atentos.

Dos poemas de *Sagrada esperança*, cantados por Agostinho Neto no alvorecer das lutas anticoloniais, aos romances de Mia Couto (*Terra sonâmbula*, entre

eles) ou de Pepetela (*A geração da utopia, Predadores*), muita água poluída correu sob a ponte que se pretendeu construir para um futuro soberano e igualitário. As narrativas literárias da nação, hoje priorizadas no romance, dão conta do árduo caminho ainda a percorrer.

Enquanto o pensamento utópico impulsionou a luta anticolonial rumo à libertação nacional, o projeto de construção da nação e a contemporaneidade são movidos pela perplexidade que leva à distopia, mas, num segundo momento, também ao “reencantamento” ou “heterotopia”, na perspectiva de Inocência Mata, tendo em vista uma constante “retomada de iniciativa” (Balandier). Literariamente, cabe ao gênero romance abrigar as expressões de desconforto, perplexidade e crítica do intelectual escritor. O outrora denominado de “epopeia burguesa” (Lukács), isto é, a narrativa da ascensão de um grupo social (século XVIII), prova-se de fato um espaço libertário, onde o escritor fica à vontade, não apenas pela possibilidade de escrita extensa, mas pela variação formal admitida e pela sua transfiguração de acordo com o espaço e o tempo em que se manifesta. Por outro lado, ao imergir em novas dinâmicas sociais, a exemplo do contexto africano, o velho gênero se revitaliza, atualiza-se.

Alfredo Bosi ensina que “o homem de ação, o educador ou o político que interfere diretamente na trama social, julgando-a e, não raro pelejando para alterá-la, só o faz quando é movido por valores” (Bosi, 2002: 120). Do mesmo modo, ao tratar como temática romanesca as facetas históricas e políticas de suas sociedades, o intelectual escritor, ou o autor como intelectual, não afasta de seu horizonte criativo um desejo de interferência no devir, ainda que a utopia seja, paradoxalmente, rasurada pela descrença no tempo presente.

Referências

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. Notas sobre a utopia, em Pepetela. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania. *Portanto... Pepetela*. Cotia: Ateliê / Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2009.
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Trad.: Nélcio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ / Contraponto, 2005.
- BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CANDIDO, Antonio. Um instrumento de descoberta e interpretação. In: *Formação da literatura brasileira*. Vol. II. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- COUTO, Mia. *Terra Sonâmbula*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- COUTO, Mia. *O último voo do flamingo*. Lisboa: Editorial Caminho, 2000; São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- COUTO, Mia. Moçambique – 30 anos de independência: no passado, o futuro era melhor? In: *Via Atlântica*, São Paulo, n. 8, p.191-204, 2005(b).
- JACOBY, Russell. *Imagem imperfeita: pensamento utópico para uma época antiutópica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MATA, Inocência. *Ficção e História na Literatura Angolana – o caso de Pepetela*. Lisboa: Colibri, 2012.
- MATA, Inocência. A condição pós-colonial das literaturas africanas de língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares-comuns. In: LEÃO, Angela Vaz (org.). *Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 43-72.
- MATA, Inocência. Literaturas africanas de língua portuguesa: redes de cumplicidade, perversas fronteiras. In: *Literatura angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta*. Lisboa: Mar além, 2001 / Luanda: Kilombelombe, 2001.
- PEPETELA. *O cão e os caluandas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985. SERRANO, Carlos. A trajetória da elite intelectual, a “geração de 50” e seus projetos: a nação. In: CARDOSO, Carlos; ARAÚJO, Manuel G. Mendes de; e SILVA, Teresa Cruz e (org.). *“Lusofonia” em África: História, democracia e integração africana*. Dakar: Codesria, 2005.
- VENÂNCIO, José Carlos. *Literatura e poder na África Lusófona*. Lisboa: Ministério da Educação; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.